

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.953 - SC (2018/0339430-0)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
SUSCITANTE : **RÁPIDO SUNORTE LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
SUSCITANTE : **LIEBL TRANSPORTES LTDA**
ADVOGADOS : **MARA DENISE POFFO WILHELM - SC012790**
 : **DIEGO GUILHERME NIELS - SC024519**
 : **ALCIDES WILHELM - SC030234**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 3A VARA DE SÃO BENTO DO SUL - SC**
SUSCITADO : **JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE ITARARÉ - SP**
INTERES. : **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO EM SANTA CATARINA**

DECISÃO

Trata-se de Conflito de Competência, suscitado por RÁPIDO SUNORTE LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e LIEBL TRANSPORTES LTDA..

Os suscitantes aduzem, em síntese, que:

"As suscitantes interpueram Ação Ordinária com pedido liminar, em face do Estado de Santa Catarina, perante o Juízo da Comarca de São Bento do Sul – Santa Catarina.

Em suma, tal demanda visa promover, em caráter de tutela de urgência, a transferência perante o DETRAN dos veículos adquiridos pelas suscitantes, que tiveram seus direitos lesados, em decorrência de um gravame judicial imposto nos veículos após a tradição dos mesmos.

(...)

No entanto, ao tentar realizar perante o Departamento de Trânsito de Santa Catarina – DETRAN a transferência dos veículos, houve uma negativa por parte do Órgão de Trânsito, onde as suscitantes foram surpreendidas com uma restrição judicial, ficando impedidas de regularizar a situação dos semirreboques, fato este que justificou a interposição da Ação Ordinária.

No decorrer da Ação, o r. Juízo determinou a intimação da pessoa jurídica de direito público, Estado de Santa Catarina, para manifestar-se quanto ao pedido de concessão de tutela provisória, considerando as peculiaridades do caso, que recomendam a aplicação dos arts. 1º da Lei 9.494/1997, 2º da Lei 8.431/1992 e 9º do CPC.

Em cumprimento a intimação, a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina, manifestou-se pelo indeferimento da tutela provisória de urgência, afirmando não ser cabível ao Estado de Santa Catarina, através do DETRAN, o levantamento da restrição judicial de transferência de veículos.

Após, o r. Juízo proferiu decisão interlocutória dizendo-se

incompetente para julgar a demanda e declinando competência para processar e julgar a Ação Ordinária, determinando a remessa dos autos para a Vara do Trabalho de Itararé/SP.

Neste cenário, as Suscitantes pugnam para que este Egrégio Superior Tribunal de Justiça reforme a decisão exarada pelo Juízo Suscitado, observando os princípios comezinhos do direito, especificamente o da ampla defesa e do contraditório, que por ora estão sendo desconsiderados, bem como a legislação vigente pertinente ao caso, para declarar a competência para o julgamento da demanda pelo Juízo da Comarca de São Bento do Sul/SC.

(...)

Diante do exposto, após sábia e douta apreciação de Vossa Excelência, requer sejam as razões aduzidas, pelo mérito inquestionável do conflito de competência suscitado, ainda por mais relevantes e fundamentais as situações de direito, pelo flagrante equívoco da decisão do Juízo Suscitado, ou ainda, pelos doutos suplementos jurídicos e sereno conhecimento dessa Egrégia Corte Superior, esperam as Suscitantes o provimento de seus requerimentos, para:

a) Que seja deferida tutela antecipada, inaudita altera pars, para suspender os efeitos da decisão objurgada, tendo em vista que se observado direta e irrestritamente a égide do artigo 52, parágrafo único do CPC no caso em tela, estar-se-á desvirtuando a aplicação da norma, e bem assim, violando os princípios e primados constitucionais do contraditório, da ampla defesa, devendo outrossim, os autos do Juízo Suscitado permanecerem na Comarca de São João Batista/SC;

b) Seja determinado em definitivo a competência do Juízo de São Bento do Sul/SC para o julgamento da ação n. 0303822-71.2018.8.24.0058, eis que é o foro competente para julgamento da demanda;

c) Sejam requeridas as informações das autoridades, nos termos do art. 197 do RISTJ, bem como a vista ao Ministério Público, nos termos do art. 198 do mesmo RISTJ" (fls. 3/8e).

O presente Conflito de Competência não merece ser conhecido.

Com efeito, o art. 66 do CPC/2015 assim determina:

"Art. 66. Há conflito de competência quando:

I - 2 (dois) ou mais juízes se declaram competentes;

II - 2 (dois) ou mais juízes se consideram incompetentes, atribuindo um ao outro a competência;

III - entre 2 (dois) ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.

Parágrafo único. O juiz que não acolher a competência declinada

deverá suscitar o conflito, salvo se a atribuir a outro juízo".

Assim, "somente se instaura o conflito de competência quando dois Juízos se declarem competentes ou incompetentes para processamento e julgamento de uma mesma demanda ou quando, por regra de conexão, houver controvérsia entre eles acerca da reunião ou separação dos processos" (STJ, AgInt no CC 144.591/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 31/10/2017). Nesse sentido: AgInt no CC 153.673/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 08/11/2017; CC 76.219/SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, SEGUNDA SEÇÃO, DJU de 24/09/2007.

Na hipótese, conforme relatado, não há decisões das autoridades suscitadas disputando ou recusando o julgamento de um mesmo processo.

Os suscitantes apenas discordam da decisão do JUÍZO DE DIREITO DA 3A VARA DE SÃO BENTO DO SUL - SC, que declinou da competência para processar e julgar a ação por eles proposta e remeteu os autos para o JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE ITARARÉ - SP. Ocorre que a questão referente ao mérito de tal decisão deveria ter sido impugnada na via recursal própria, sendo inviável o seu exame, no presente Conflito de Competência.

Com efeito, segundo lição de Athos Gusmão Carneiro (Jurisdição e competência, 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 332), "trata-se, o conflito de competência, de um incidente processual, ausente natureza de recurso, e o acórdão que o julga tem natureza declaratória, porque se limita a declarar qual o juiz competente".

Já Antonio Dall'Agnol, ao comentar o art. 122 do CPC (*Comentários ao Código de Processo Civil*, v. 2: do processo de conhecimento, arts. 102 a 242; [coordenação de Ovídio A. Batista da Silva] – 2. ed. rev. e atual. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 107), ensina que "o pronunciamento do tribunal deve se adstringir à questão do conflito, vedada a incursão por matéria que a ele seja alheia, como, por exemplo, a que diga com legitimidade de uma das partes".

Nesse sentido, são os seguintes precedentes: STJ, CC 121.013/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 03/04/2012; AgInt no CC 145.294/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 20/10/2017; AgInt no CC 145.109/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 21/09/2016; AgRg no CC 131.891/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 12/09/2014; AgRg no CC 88.126/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 28/11/2007.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, **a**, **não conheço** do Conflito de Competência.

I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

